

Declaração de Voto

Saudação ao 25 de novembro de 1975

A história, quando analisada com rigor factual e documental, não confirma a narrativa simplificada que se pretende impor sobre o 25 de Novembro de 1975, nem legitima essa data como uma alternativa fundadora da democracia portuguesa.

O 25 de Novembro constitui, sem dúvida, um episódio relevante da história recente do país. Contudo, não foi uma revolução, não foi um levantamento popular, nem foi um momento fundador da democracia. Tratou-se de um episódio de contenção militar, ocorrido num contexto de elevada instabilidade, cujo objetivo central foi evitar a fragmentação das Forças Armadas e o colapso do processo político então em curso.

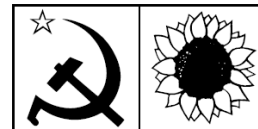
O que está hoje em causa não é a análise histórica do 25 de Novembro, mas a sua instrumentalização política, frequentemente promovida por setores que não foram protagonistas da construção democrática nem do compromisso constitucional que dela resultou, procurando criar referências simbólicas alternativas para legitimar posições políticas contemporâneas.

A democracia portuguesa não se construiu num único dia, nem através de um gesto militar isolado. Construiu-se ao longo de um processo longo, plural e conflituoso, sustentado em eleições livres, compromissos constitucionais, confronto político democrático e, infelizmente, também episódios de violência política.

Antes do 25 de Novembro, Portugal viveu um período de profunda instabilidade, durante o qual a extrema-direita recorreu de forma sistemática à violência e ao terrorismo político, através de organizações como o ELP e a MDLP, responsáveis por atentados bombistas, sabotagens, ataques a sedes de partidos, sindicatos e órgãos de comunicação social, numa estratégia organizada de desestabilização do processo democrático iniciado a 25 de Abril.

Momentos como o 28 de Setembro de 1974 ou o 11 de Março de 1975 fazem igualmente parte do processo revolucionário, com os seus avanços e recuos. Estes factos estão amplamente documentados e são reconhecidos por historiadores e protagonistas da direita, não podendo ser classificados como excessos isolados, mas como estratégias hostis ao pluralismo e à democracia nascente.

Se o 25 de Novembro tivesse constituído um verdadeiro momento fundador de pacificação democrática, seria expectável que a violência política tivesse cessado. Tal não aconteceu. Os atentados de extrema-direita prolongaram-se nos anos seguintes, demonstrando que o 25 de Novembro não erradicou o radicalismo antidemocrático, não resolveu os conflitos ideológicos profundos e não produziu uma normalização imediata da vida política.



A consolidação da democracia ocorreu apesar desse contexto, através de instituições civis, de eleições livres e da Constituição.

Importa ainda sublinhar que, após o 25 de Novembro:

- não caiu qualquer Governo;
- não se realizaram eleições em consequência direta desse dia;
- não foi criada qualquer nova categoria de direitos ou liberdades;
- não foi redefinido o sistema político;
- não foi ilegalizado qualquer partido político;
- e a Constituição aprovada em 1976 foi, aliás, substancialmente distinta daquela defendida por setores da direita à época.

Pelo contrário, mantiveram-se válidas as eleições de 25 de Abril de 1975, a Assembleia Constituinte eleita pelo povo prosseguiu os seus trabalhos, o pluralismo partidário permaneceu intacto e o rumo democrático e constitucional não sofreu qualquer rutura.

Se o 25 de Novembro tivesse sido um verdadeiro momento fundador, teria necessariamente produzido uma alteração estrutural do regime democrático. Tal não ocorreu.

Não é por acaso que figuras centrais da direita portuguesa nunca trataram o 25 de Novembro como data fundadora da democracia. A tentativa atual de o elevar a símbolo maior da democracia não resulta de uma leitura histórica rigorosa, mas de uma operação política contemporânea, frequentemente associada ao desconforto com o 25 de Abril, à relativização da Constituição de 1976 e à dificuldade em aceitar uma democracia plural, social e constitucional.

Sem o 25 de Abril não teria existido processo democrático; sem eleições não teria existido Constituição; sem Constituição não existiria democracia.

A democracia portuguesa não necessita de mitos alternativos, mas de memória rigorosa, respeito institucional e honestidade histórica. Celebrar a democracia é celebrar o processo coletivo que a construiu, e não a instrumentalização seletiva de episódios da história.

Por estas razões, **a CDU vota contra a saudação ao 25 de novembro 1975.**